



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LIMOEIRO DO NORTE/CE

Processo n.º 00503231520208060115

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JANAYNA MONTEIRO DE LIMA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

#### **DO LAUDO PERICIAL**

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Sendo assim, na hipótese de condenação, o valor indenizatório deverá respeitar a tabela inserida na Lei 11.945/09, devendo ainda ser observado o pagamento administrativo realizado na monta de **1350,00**.

#### **DA LESÃO NO JOELHO ESQUERDO**

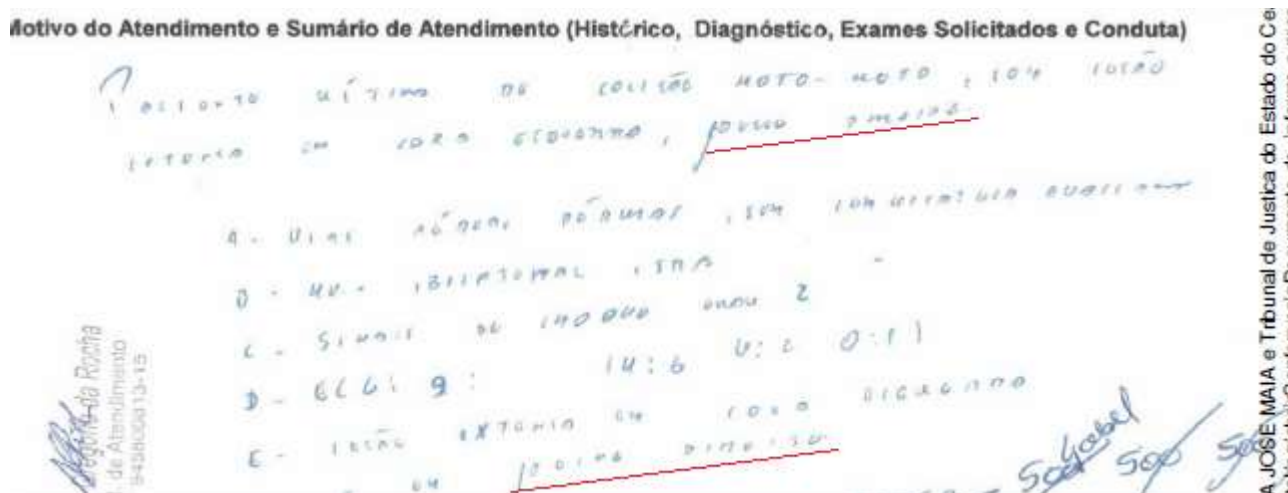
A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada no JOELHO ESQUERDO seja em decorrência do acidente de trânsito**.

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistente nexo causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, no que pese o laudo pericial atestar a existência de invalidez permanente no JOELHO ESQUERDO, quantificando-a, o mesmo não se presta a comprovar cabalmente nexos de causalidade entre as lesões e um acidente automotor. Perceba que a documentação médica de primeiro atendimento médico aponta lesão no **JOELHO DIREITO**.



Diante do exposto, não tendo sido cabalmente comprovado o nexo de causalidade entre o suposto acidente automotor e a invalidez constatada, merece ser julgada totalmente improcedente a presente demanda nos termos do art. 487, I do CPC.

#### **DA LESÃO NA MÃO DIREITA E NO PÉ ESQUERDO**

Como se pode observar na imagem do boletim acima, a documentação médica de primeiro atendimento também não apontou em nenhum momento lesão na mão direita do autor e pé esquerdo. Ela é taxativa ao informar que o autor, vítima de colisão moto x moto, sofreu lesão extensa em **coxa esquerda e joelho direito**.

Ora Exa., a fratura na mão ou no pé informadas no laudo pericial seria facilmente identificada no momento do atendimento, seja por relatos de dor ou por exames de imagem.

Vale ainda mencionar que a própria petição inicial não informa que o autor sofreu lesão no pé esquerdo.

Em virtude do ocorrido a requerente sofreu diversas lesões, fraturas nos dedos, mão e braço direito, perna esquerda, face, maxilar, além de ter sofrido traumatismo craniano.

Assim, como não há no documento de primeiro atendimento médico que apresente indicações de lesão na mão direita e no pé esquerdo, e ainda, o autor sequer menciona lesão no pé em sua exordial, não é possível confirmar que as lesões tenham sido ocasionadas pelo acidente de trânsito narrado na inicial.

#### **DO DOCUMENTO MÉDICO DE PESSOA ESTRANHA AO PROCESSO**

Foi acostado ao processo documento médico indicando lesão no pé esquerdo, contudo como se pode observar na imagem abaixo, o documento pertence à **MARIA JOSENEIDE DE JESUS**.

FICHA DE REFERÊNCIA	
Unidade de Origem:	Hosp. São Clemente
Districto Sanitário:	
Município:	
Nome:	Ulacia Leonilda Jesus
Prontuário Nº:	
Sexo:	M <input type="checkbox"/> F <input checked="" type="checkbox"/>
Idade:	25 Anos
Ocupação:	
Endereço:	
Bairro:	
Motivo do Exame/Exame:	Paciente vítima de acidente automobilístico, refere queixa de dor intensa em pé esquerdo associada a edema. Refere dor de cabeça, náuseas, vômitos.
Resultado de Exames:	RX de pé esquerdo: fratura de 2ª e 3ª metatarso fechada.
Conclusão do Realizante:	Analgesia + imobilização.
Impressão Diagnóstica:	Fratura de 2ª e 3ª metatarso de pé esquerdo fechada.
	11/04/2021 06.04.19

Deste modo, deverá ser desconsiderada a lesão apurada no pé esquerdo, eis que o documento médico que informa a lesão pertence a terceiros estranho ao processo.

### **DA LESÃO NA FACE**

Não é crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agravar a doença e não oportunizaram uma melhora ou, no mínimo, a manutenção da lesão apurada na esfera administrativa.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar o suposto agravamento da lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de agravamento da lesão capaz de gerar complementação indenizatória, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

LIMOEIRO DO NORTE, 13 de abril de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/CE 27954-A**

**FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR**  
**14752 - OAB/CE**